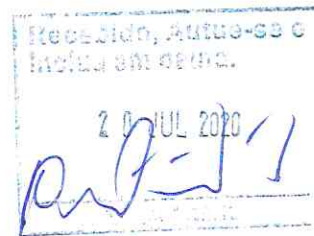




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa
28 JUL 2020
Protocolo: 072/20
Processo: 072/20

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 072 / 20

Autor: COLETIVA

Altera e revoga dispositivos do Regimento Interno.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º A alínea "o", inciso I, do artigo 14, o caput do artigo 28-B e os §§ 2º, 5º, 6º e 7º do mesmo artigo, os artigos 53, 130 e 234, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, passam a vigorar da seguinte forma:

Art. 28-B. A Recomendação legislativa é o instrumento de atuação extraprocessual de autoria do Poder Legislativo, por intermédio de suas respectivas Comissões e/ou Parlamentares, do qual este expõe, por ato formal, as razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a que pratique ou deixe de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens fiscalizados e controlados pelo legislativo, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades no âmbito do Poder Executivo e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROTOCOLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____/____

Autor: COLETIVA

§ 2º O Poder Legislativo, em procedimentos próprios e formais, de notícias de fato ou de peças de informação, poderá expedir Recomendação Legislativa, objetivando o respeito e a efetividade dos direitos e interesses que lhe incumba fiscalizar e controlar, sendo o caso, a edição de normas ou a alteração da legislação em vigor.

§ 5º O Poder Legislativo poderá requisitar ao destinatário a adequada divulgação da Recomendação Legislativa expedida, incluindo sua afixação em local de fácil acesso ao público e também resposta por escrito sobre o atendimento ou não da Recomendação Legislativa com o objetivo de subsidiar, em sendo o caso, a decisão quanto à propositura de ação judicial pertinente, pelo órgão responsável.

§ 6º Na hipótese de desatendimento à Recomendação Legislativa, diante de falta de resposta ou de resposta considerada inconsistente, caberá ao proponente que a expediu, adotar na esfera de suas atribuições constitucionais e regimentais, as providências cabíveis, dente as quais encaminhando também, cópia de toda documentação ao Ministério Público para promoção de ações judiciais, com à obtenção do resultado pretendido com a expedição da Recomendação Legislativa.

§ 7º Para evitar a judicialização e fornecer ao destinatário todas as informações úteis à formação de seu convencimento, deverá a Comissão e ou Parlamentar ao



PROTOCOLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____/____

Autor: COLETIVA

expedir a Recomendação Legislativa, indicar as eventuais providências que adotará em caso de seu desatendimento, desde que incluídas em sua esfera de atribuições.

Art. 53. Conhecido o voto do relator, qualquer Parlamentar poderá pedir vista do processo, obedecido o prazo de até 05 (cinco) sessões ordinárias.

§ 1º O Parlamentar poderá requerer informações ao Poder, Órgão e Instituição, sobre o processo que estiver em tramitação.

§ 2º O pedido de informações, deverá referir-se a matéria legislativa em processo que estiver em tramitação e a qualquer momento da fase processual.

§ 3º Caso a resposta do pedido de informação não seja atendido, o processo legislativo que se encontra com pedido de vista ficará sobrestado até que venham as informações requisitadas.

§ 4º O prazo do pedido de informações será renovado, pelo mesmo período do caput, a contar da data do protocolo da parte requerida.

Art. 234. Urgência é a dispensa de exigências, interstícios ou formalidades regimentais, para que determinada proposição, desde que seja incluída pelo Presidente, para discussão e votação.

§ 1º Não se dispensam as seguintes exigências:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO	Nº ____/____
	Autor: COLETIVA		
<p>I - quórum para deliberação;</p> <p>II - reprodução e distribuição em avulso;</p> <p>III - número de discussões e votações;</p> <p>IV- interstícios constitucionais;</p> <p>V- pareceres de Comissão ou de relator designado em plenário.</p> <p>§ 2º Aplica-se o disposto do artigo 53.</p> <p>Art. 2º Fica revogado o § 2º do artigo 251 do Regimento Interno.</p> <p>Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 28 de julho de 2020.</p>			



PROTOCOLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____/____

Autor: COLETIVA

JUSTIFICATIVA

Senhoras e Senhores Parlamentares,

Estamos tomando a iniciativa em fazer as alterações em nosso Regimento Interno, objeto desta propositura, visando acima de tudo assegurar aos membros deste Poder o legítimo direito que têm assegurado por suas prerrogativas constitucionais, no que se refere a legislar e fiscalizar.

E fazendo uma análise apurada no que concerne a questão do pedido de vistas, urgência e a Recomendação Legislativa e a Ordem do Dia, entendemos a premente necessidade em alterar o atual texto regimental, dando assim maior abrangência em relação ao nosso trabalho legislativo.

As alterações propostas no que se refere ao pedido de vistas, estabelece de forma mais clara a questão do pedido de informações, quando a matéria se encontra com vistas, seja na Comissão ou no Plenário. Assegurando assim, aos parlamentares o pleno exercício de suas atribuições regimentais e constitucionais.

Considerando que com a atual redação vigente, em se tratando de pedido de vistas, o parlamentar fica limitado no que concerne ao tempo, pois o atual prazo é muito exíguo. O que causa enorme dificuldade numa análise mais acurada e profunda acerca da matéria em trâmite. E o mais grave, é o fato de que na maioria dos casos aqueles que deveriam apresentar as respostas solicitadas, simplesmente não o fazem, ou então ficam procrastinando com o claro intuito de dificultar o trabalho desta Casa de Leis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROTOCOLO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____/____

Autor: COLETIVA

A alteração do artigo 230 do Regimento Interno, se justifica em razão da alteração proposta na alínea "o", inciso I, do artigo 14 do Regimento Interno.

Em relação a urgência solicitada pelo Governador, tal iniciativa já é assegurada pela Constituição a prerrogativa em solicitar urgência a projetos de sua autoria, desde que devidamente solicitados na mensagem a ser encaminhada a este Poder.

Entretanto, no atual texto regimental, há um dispositivo que simplesmente assegura ao Governador, a qualquer momento, solicitar pedido de urgência em matéria de sua autoria que tramita nesta Casa.

Ora, se ele já tem assegurado o direito constitucional, não se justifica ter assegurado em nosso Regimento Interno esse privilégio ao Governador do Estado. Razão pela qual estamos revogando o § 2º artigo 251 do Regimento Interno.

Já com relação a Recomendação Legislativa, que diga-se de passagem foi um avanço tremendo para o nosso Poder a sua instituição, entretanto, pela atual redação está restrito o direito de formulá-la apenas e tão somente as Comissões Permanentes.

A nossa pretensão em alterar a redação dos dispositivos do artigo 28-B, é também assegurar a todos os parlamentares que integram o Poder Legislativo, pois poderá acontecer situações reais em que há interesse do parlamentar, individualmente, em propor esse instrumento legal, porém pela atual redação está impossibilitado de fazê-lo.

E o nosso entendimento é que o parlamento é constituído de membros, e, todos, indistintamente, estão revestidos de autoridade e competência para o pleno e total exercício da ação legislativa. Dessa forma, todas as alterações ora proposta tem por finalidade principal atender esse quesito fundamental e necessário.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA



PROTOCOLO		PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____/____
Autor: COLETIVA		
<p>Razão pela qual estamos apresentando esta proposição, na certeza de que com a sua aprovação estaremos fortalecendo e dinamizando a atuação parlamentar e acima de tudo valorizando o nosso papel, enquanto legítimos representantes do povo Rondoniense.</p> <p>Portanto, solicitamos o apoio e o voto dos Nobres Pares, à fim de aprovarmos a nossa proposição.</p> <p>Plenário das Deliberações, 28 de julho de 2020.</p>		
